

D. João V, como da história do vidro, em Portugal, especialmente nos séculos XVII e XVIII.

Como já sublinhei noutro lugar, só o facto de este trabalho ter vindo a lume, quando a minha *História do Vidro e do Cristal em Portugal* (Lisboa, Edições INAPA, 2002) já se encontrava no prelo e em fase de revisão de provas me impediu de beneficiar, em tempo útil, da sua leitura e de o ter seguido de perto, em alguns dos tópicos nele focados.

Miguel Figueira de FARIA (com colaboração), *Banco Comercial Português. A Primeira Década 1985-1995*, Lisboa, Banco Comercial Português/Edições INAPA, 2001, 371 p.

Analisadas obras dos ramos alimentar e vidreiro, focar-se-á, por último, uma da área financeira, nomeadamente o Banco Comercial Português (BCP). Sublinha-se, a propósito, que tem sido precisamente o sector bancário que, desde os anos de 1960, maior dinamismo tem revelado no que concerne à respectiva história empresarial. O número relativamente elevado de trabalhos publicados – embora, obviamente, de nível e valor desiguais – comprova-o plenamente.

A obra em epígrafe abre com «Uma mensagem ao leitor», do presidente do Grupo, Jorge Jardim Gonçalves, ao que se seguem «Palavras prévias» do autor, Manuel Figueira de Faria. Sucedem-se, depois: a introdução, nove capítulos, uma conclusão, um longo apêndice documental (p. 277-360), a lista das personalidades entrevistadas e um índice remissivo.

Acerca dos objectivos da iniciativa, esclarece Jardim Gonçalves: «desenvolver a publicação de um livro que deveria fixar a memória dos dez primeiros anos da vida do banco e do grupo nele centrado», acrescentando: «Este livro deveria ser o primeiro de uma série a produzir por cada decénio da existência do BCP. O interesse da iniciativa era marcadamente histórico e documental e a sua importância poderia ser aferida imaginando o valor que hoje teria uma colecção de quinze volumes, escritos por autores coevos, sobre a vida e a actividade de algumas das mais antigas instituições de crédito que, como se sabe, foram criadas a partir de meados do século XIX» (p. 7).

Embora o trabalho em apreço não tenha sido assim estruturado, o texto poderia dividir-se em duas partes: na primeira, de enquadramento,

integram-se, além da “Introdução”, os capítulos: I – (“O ciclo da Revolução [1974-1976] e a nacionalização do Sistema Financeiro”; II – “O Sistema Financeiro Português rumo à liberalização (1977-1983)”; e III – “A reabertura do Sistema Financeiro à iniciativa privada”. Da segunda, mais directamente relacionada com o objecto fulcral do estudo e com o próprio título, constam os capítulos: IV – “A génese do Banco Comercial Português”; V – “A constituição do Banco Comercial Português”; VI – “O ano zero do Banco Comercial Português: perturbar o sistema”; VII – “Banco Comercial Português: «Um Banco só para alguns» (1986-1988)”; VIII – “No rumo de uma banca global (1989-1992)”; e, por fim, o capítulo IX – “A busca da dimensão: o universo BCP/BPA”.

Na introdução e nos três primeiros capítulos passa-se em revista, de forma sucinta, a evolução do Sistema Financeiro Português, desde as origens até meados da década de 1980. Trata-se de uma síntese bem elaborada, de leitura acessível e de fácil compreensão, inclusive por parte do leitor não especializado, o que, aliás, constituía um dos desideratos do autor (p. 12). Dada a literatura já disponível sobre o assunto, não se detectam propriamente novidades. Contudo, a leitura do texto permite obter uma visão global – ainda que, necessariamente, sumária – acerca do assunto. Ao invés, as “novidades” encontram-se, de modo especial, nos capítulos IV a IX, dos quais serão destacados, seguidamente, alguns aspectos que considero mais relevantes.

Quanto à génese do BCP, tratou-se da concretização de um projecto devidamente pensado, planificado com rigor, o qual foi fruto de diversas acções e da colaboração de várias pessoas, com recursos, experiências e vivências de diversa ordem. A respectiva evolução faz parte – constituindo, inclusive, um interessante *case study*, como sublinha o autor – da «renovação das elites, que rapidamente se tornou uma das facetas mais visíveis do processo do 25 de Abril» (p. 84).

A iniciativa partiu do Norte, onde exerciam a sua actividade os empresários e empresas que constituíram o “núcleo duro” inicial. Deste fizeram parte, entre outros, Américo Amorim e empresas a que estava ligado (cujas participação, mais tarde, viria a ser alienada), J. Macedo Silva (RAR), António Gonçalves (Têxtil Manuel Gonçalves) e Ilídio Pinho (CLEP). Entretanto, outras empresas conhecidas – como, por exemplo, a Vista Alegre e a Salvador Caetano – estiveram também no empreendimento.

Com o evoluir da situação, o projecto vai incorporando recursos humanos e financeiros de outras origens, transformando-se

progressivamente de “regional” em “nacional”. Além da implantação no todo nacional, tornou-se necessário encontrar solução para outras questões. Assim, havia que encontrar um presidente, cargo que viria a ser ocupado, como é sabido, pelo Eng.º Jorge Jardim Gonçalves, já com larga experiência no sector, pois desempenhava, na altura em que foi contactado, as funções de presidente do Banco Português do Atlântico. Era necessário cuidar, também, do nome, do logotipo, da imagem e das próprias cores, bem como das futuras instalações (da sede e dos balcões), do recrutamento e da formação do pessoal, do equipamento, inclusive do sistema informático, área à qual se atribuiu, desde o início, a maior importância.

Também o capital social mereceu atenção, não só no que tocava à sua angariação mas também quanto à respectiva filosofia. Uns defendiam uma grande concentração, tendo chegado a ser proposto que os accionistas ficassem reduzidos a quatro. Outra corrente, porém, defendia a dispersão, tendo sido esta a vencedora, já que o capital accionista, com que a sociedade foi constituída em 25 de Junho de 1995 (três mil e quinhentos milhões de escudos), foi subscrito por duzentas e cinco entidades. Posteriormente, o referido capital foi aumentado por diversas vezes.

Abertas as respectivas portas ao público (5 de Maio de 1986), escassos meses após a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (01.01.1986), o BCP não mais deixaria de impressionar pelo poder inovador revelado, quanto a produtos oferecidos e a serviços prestados. Assim, alguns produtos granjearam um sucesso quase imediato: “conta mais”, “nova conta mais”, Banco 7” (cuja actividade se iniciou em 07.05.1994), etc.

A uma primeira fase, durante a qual se prestou uma atenção especial à segmentação (clientes da gama alta ou média alta e médias empresas) – “banco só para alguns” –, sucedeu-se outra, de alargamento a novos clientes-alvo, inclusive através de uma vasta rede de balcões, sob a designação de Nova Rede, procurando-se assim oferecer “um banco para todos”. O estilo de balcão uniformizado, as cores vivas e atraentes e a abertura simultânea – caso inédito, na história da Banca, em Portugal – de vinte e uma sucursais, em 08 de Novembro de 1989 (p. 207-208), ajudaram a referida iniciativa a atingir rapidamente um enorme sucesso.

De grande alcance foi, igualmente, a diversificação de actividades e de iniciativas: entrada no mercado bolsista (não só em Portugal como nos Estados Unidos da América, tendo o BCP sido a primeira empresa portuguesa a ser cotada na Bolsa de Valores de Nova Iorque); a

penetração no ramo dos seguros; a criação de bancos especializados; o investimento no património artístico e nas actividades culturais; o início da colecção do Banco Comercial Português; campanhas arqueológicas nos edifícios da Rua Augusta, em Lisboa, onde ficaria instalada a respectiva sede; a internacionalização, alargando a sua actividade a Espanha, com participação em instituições bancárias do país vizinho e, posteriormente, a outros países.

Quase no fim da década focada (mais precisamente em 24.03.1994), o BCP e a Companhia de Seguros Império adquirem o Banco Português do Atlântico, de cuja presidência tinha vindo, como se disse já, Jardim Gonçalves.

Reflectindo acerca do êxito do BCP, indicam-se (na conclusão) três factores essenciais: «a vontade política, a coragem dos accionistas e o esclarecimento da administração». Reportando-se à conjuntura e à evolução da empresa/grupo, destaca-se o seguinte: «Um período caracterizado por uma forte estabilidade política interna, enquadrado pelos primeiros estímulos concretos da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia». E acrescenta-se: «Depois da fundação, o banco afirmou-se rapidamente. Apostando num crescimento pela segmentação lançaria as bases de um grupo financeiro, diversificando a sua oferta de produtos e serviços; entraria num mercado de capitais em euforia, contabilizando-se rapidamente entre os títulos de maior liquidez; garantiria a expansão interna com o lançamento da Nova Rede definiria uma estratégia de internacionalização. Com a criação do Banco Popular Comercial, em parceria com o Banco Popular espanhol para operar em França, o BCP ultrapassaria as fronteiras portuguesas» (p. 274-275).

Antes de concluir, apenas gostaria de expressar duas notas acerca do significado desta obra e de uma ou outra das suas limitações. Trata-se, pois, de um trabalho meritório, de uma primeira abordagem histórica da evolução do BCP, ao longo da sua primeira década. Posteriormente – no médio ou mesmo no longo prazo, se for o caso –, este e estudos análogos, que venham a ser elaborados sobre as décadas subsequentes, constituirão material importante e fontes do maior relevo para a uma história global e tão completa quanto possível do grupo. Com efeito se, desta vez, muitas fontes escritas ficaram ainda por explorar – privilegiaram-se a legislação, algumas actas e relatórios e contas relativos aos anos estudados –, em contrapartida foram devidamente utilizadas prestimosas fontes orais, nomeadamente de alguns dos protagonistas mais influentes, cujo registo e

referência, num tempo ainda relativamente próximo dos eventos, são de realçar.

Sublinhe-se, igualmente, o facto de se ter recorrido a um autor, exterior à organização, para fazer a presente obra (p. 11), optando-se, assim, por aquilo que noutra lugar já apelidei de “história feita de fora”, em detrimento de uma história “elaborada a partir de dentro”. Trata-se de uma opção – como, aliás, muitas outras – com prós e contras, mas que, do ponto de vista restrito da pesquisa histórica, terá mais vantagens do que inconvenientes.

Merece também uma palavra de apreço a abertura dos responsáveis pelo BCP, ao permitirem e promoverem a divulgação da sua história recente, o que nem sempre acontece da parte de outros líderes de certas organizações.

A segunda nota refere-se a uma ou outra limitação. A mais significativa, do meu ponto de vista, tem a ver com a ausência de ilustração. Na já chamada “época da imagem”, que é a nossa, um bom conjunto de imagens constituiria uma mais-valia e teria valorizado, de forma notória, a apresentação gráfica (aliás de muito bom nível, quanto aos restantes aspectos, como vem sendo hábito nas obras que patenteiam a chancela das Edições INAPA). Por exemplo, poderiam ter sido reproduzidas imagens de: edifícios exemplarmente recuperados e reutilizados pela sede e por balcões do BCP; da intervenção arqueológica nos edifícios da Rua Augusta, em Lisboa; de obras de arte que são propriedade do grupo, de logotipos, de mobiliário e equipamento mais característico, das cores mais usadas, etc.

Também a importante questão da cultura de empresa – temática hoje na ordem do dia –, embora sucintamente focada (p. 132-133) e esporadicamente mencionada, ao longo do estudo, deveria ter sido analisada de forma mais sistemática e aprofundada. É que, salvo melhor opinião, na cultura e na própria ética da empresa se encontra, precisamente, uma das chaves mais relevantes para a compreensão do sucesso do BCP, ao longo do período, relativamente curto, de apenas uma década da sua existência.

Detecta-se, na presente obra, um número reduzido de gralhas. Todavia, chamo a atenção para algumas delas, a fim de que, em caso de futuras reedições, possam ser corrigidas. Entre parêntesis encontra-se a forma correcta. P. 15, nota 2: “*de História*” (da História); p. 71: “rátios” (rácios, como na p. 165 ou sem acento, mas em itálico, por se tratar de vocábulo latino, *ratio*); “engenheiros Jardim Gonçalves” (engenheiro Jardim Gonçalves); p. 167: “1884” (1984); p. 366: a obra sobre a Família

Amorim consta de dois volumes, o que deverá ser indicado; o índice remissivo (p. 368-371), sempre de grande utilidade, refere-se apenas aos nomes de pessoas (trata-se, pois, de um índice antroponímico), o que não é expressamente mencionado. Um índice remissivo completo deveria incluir também, por exemplo, os nomes de empresas, lugares, assuntos, etc.

José Amado Mendes

Hendrik Van DEN BERG, *Economic Growth and Development an Analysis of Our Greatest Economic Achievements and Our Most Exciting Challenges*, Singapore, McGraw-Hill International Edition, Economic Series, 2001, 610p.

No prefácio da obra, o seu autor começa, desde logo, por afirmar que este livro não constitui mais um texto sobre desenvolvimento. A introdução aos assuntos relativos ao crescimento e desenvolvimento económicos abrange tópicos fundamentais que são, normalmente, incluídos em cursos de desenvolvimento económico numa perspectiva da análise do crescimento económico. A Teoria do Crescimento Económico fornece um enquadramento teórico unificador dentro do qual muito dos diversos assuntos comuns às economias em processo de desenvolvimento podem ser discutidos de forma consistente. Um dos pressupostos em que o livro assenta tem a ver com a ideia de que o crescimento e o desenvolvimento económicos são processos com características comuns, independentemente de onde estejam a ocorrer; daí, a opção por uma abordagem marcadamente global e histórica. O autor abandona um certo tipo de análise, frequentemente seguida que, dependendo da ênfase no desenvolvimento ou no crescimento, privilegia os países em desenvolvimento, ou as economias modernas e mais desenvolvidas, respectivamente. Com este texto, os estudantes dispõem de um instrumento que, através dos muitos e variados estudos de caso, lhes permitirá analisar o que ao longo do tempo e em diferentes espaços foi ocorrendo.

O livro encontra-se dividido em cinco partes: **Parte I** – Introdução ao Crescimento Económico, com dois capítulos: **1** A Importância do